



Relatos e reflexões

CREDO, CRÉDITO E GÉNERO: ECONOMIA DO AFECTO ENTRE MULHERES RETORNADAS (NOTAS DE TRABALHO DE CAMPO COM MULHERES RETORNADAS NO UÍGE, ANGOLA, JULHO DE 2015)

Paulo Inglês¹

Maria-Antonieta é uma mulher angolana nos seus discretos 50 anos, de olhos acentuadamente vivos mas com um olhar circunspecto e nostálgico. Apresenta-se como retornada; diz essa última palavra com uma quase resignação e algum estoicismo. Fugiu com os pais da guerra anti-colonial de Angola contra os Portugueses, no final dos anos 60 do século XX, para a República Democrática do Congo (RDC). Não se lembra do ano, mas era criança, diz num português com acento francês e quicongo, língua falada no norte de Angola e no sudeste da RDC. Como ela outros milhares de angolanos refugiaram-se no Congo ao longo do século XX. Não foi apenas por motivo de guerra, corrige-me com afeto. De fato, a rigidez da administração colonial que passava tanto pela usurpação de terras de aldeões no interior, a cobrança de pesados impostos e a obrigação de trabalhos forçados nas plantações de café, fizeram com que muitos angolanos buscassem melhores condições de vida na RDC. No entanto, no início dos anos 60 deflagrou a guerra anti-colonial entre os movimentos nacionalistas angolanos e o exército português que terminou em 1975, com a proclamação da Independência de Angola, seguindo-se outra guerra, desta vez interna e civil, que terminou apenas em 2002, e também o retorno de milhares pessoas. Pode-se falar, portanto, de sucessivas vagas de refugiados e retornados ao longo de um século. No entanto, só a partir de 2002 é que a vaga de retornados se torna mais constante e mais estável mas nem por isso menos conturbada e complexa.

¹ Universidade Bundeswehr. Munique, Alemanha.

Deve ser por isso, ou em parte por isso, que as Missionárias Scalabrianas que têm como missão “ir ao encontro dos que estão em caminho”, abriram uma missão na diocese do Uíge; Uíge, cidade capital da província com o mesmo nome, e Zaire, província cuja capital é Banza-Congo, antiga capital do Reino do Congo, constituem a região norte de Angola que faz fronteira com a RDC. A província congoleza que faz fronteira com a região norte de Angola, chama-se Bas-Congo (baixo Congo, nome também de um rio duas regiões do Congo) e os povos dos lados da fronteira pertencem ao mesmo grupo etnolinguístico, os Bakongo. As duas regiões, a congoleza e a angolana, constituem uma zona intensa de movimentação humana, em ambos sentidos da fronteira. E, por acaso, as Missionárias Scalabrianas têm missões em ambas regiões, isto é, uma no lado angolano, no Uíge e outra no lado congolês, na província do Bas-Congo. Do lado congolês está a Ir. Marizete Garbin, brasileira e com cerca de 3 anos de missão no Baixo-Congo, na diocese de Kisantu. Do lado angolano estão as irmãs Rita de Cássia Luíz, responsável da pastoral diocesana das migrações, e Marivane Chiesa, diretora diocesana da Caritas do Uíge, ambas brasileiras e com experiências em outras cidades africanas. Foi, aliás, a convite destas últimas, que fui fazer um trabalho sobre o processo de reintegração dos retornados angolanos no Uíge, durante o mês de julho de 2015.

Foi através da Ir. Rita de Cássia Luiz, Missionária Scalabriniana, que conheci um grupo de mulheres retornadas, entre as quais se encontrava Maria-Antonieta. Era uma sexta-feira de inverno tropical, conhecido em Angola como “tempo do cacimbo”, devido à persistente neblina matinal e à diminuição da temperatura. O motivo da reunião com as mulheres naquela sexta-feira não era a trajetória das suas vidas como migrante - refugiadas e retornadas, de si mesmo interessante - mas a negociação e renovação de um crédito financeiro para reforçar a carteira de negócios. Dito assim, sem nenhuma explicação, pode parecer estranho a algum leitor que uma freira em missão em África negocie crédito financeiro com mulheres retornadas! Mas é por aqui onde estas notas deviam ter começado.

Durante o trabalho de campo no Uíge, mulheres retornadas emergiram como categoria que desde início chamou a atenção, não só pela expressão do número, eram a maioria, mas também por ser nelas - nos seus corpos e nos seus semblantes - onde o aspeto dramático da mobilidade humana mais transparecia. E, também por isso, ou por causa disso, era dos grupos que mais se exigia respostas à situações adversas. Maria-Antonieta contou, por exemplo, que durante o tempo de refúgio em terra estrangeira as mulheres tinham que fazer um esforço de se integrarem na sociedade de acolhimento por uma questão de sobrevivência: tinham que descobrir como funciona a sociedade, as suas regras e normas, o seu quotidiano e, sobretudo, como as mulheres se “arranjavam” para criarem no quotidiano alguma forma de rotina que desse estabilidade aos filhos; e como, no momento de retorno, era inevitável romper com esta rotina e recriar outra nos

lugares de retorno, muitas vezes desconhecidos para elas, tendo que começar quase do zero; havia casos em que elas eram abandonadas pelos maridos que, entretanto, se casavam com mulheres dos lugares de destino como forma de se integrarem. Elas ficavam a cuidar não apenas dos filhos, mas também, às vezes, dos netos ou dos seus próprios pais. Ao retorno o desafio não era apenas chegar a uma terra, praticamente desconhecida, mas a responsabilidade de manter uma família. Aliado a isso estava a representação da mulher na sociedade como aquela que deve dar respostas a situações vitais: alimentação, cuidar da saúde, das crianças e dos idosos. Se ser mulher já era um desafio no contexto da situação de mobilidade, ser mulher-retornada era-o duplamente. O que Maria-Antonieta descrevia apenas como “nossa responsabilidade” havia, na verdade, o fator gênero: as dificuldades que elas atravessavam não eram apenas por serem retornadas, mas eram agudizadas por serem mulheres. Esse foi um dos aspetos que sobressaiu na pesquisa.

As Missionárias Scalabrinianas que trabalham com retornados no Uíge intuíram, com grande acerto, que uma forma de lidar com as imensas limitações com que se deparavam os retornados no dia a dia, não consistia apenas em paliar as dificuldades quotidianas, mas em estabelecer estratégias que resultassem em melhorias das condições de vida a médio e a longo prazo. Intuíram também que as famílias se reuniam à volta de um núcleo, a mulher; e, portanto, qualquer estratégia de uma possível intervenção passaria pôr colocar o foco na mulher. A intervenção tem sempre um risco: ao tentar interferir na estrutura quotidiana das pessoas a fim de melhorar as suas vidas, pode-se destruir o ecossistema social que torna justamente possível o mundo social das pessoas num determinado contexto. Foi para evitar isso e por uma questão de pragmatismo que as missionárias scalabrinianas observaram o que as mulheres já faziam, conversaram com elas e procuram entender como se desvencilhavam no dia a dia para sustentar os seus. E descobriram que existia o que em linguagem técnica se designa por “economia do afeto”, proposto por Göran Hydén decorrente de seu estudo sobre comerciantes rurais na Tanzânia. Muito resumidamente, refere-se à economia informal de pequena escala, feita em comunidades pequenas em que a base da interação comercial não era apenas o lucro, mas as afinidades que os intervenientes - compradores e vendedores tinham entre e si e que, desse modo, permitia a sobrevivência da própria comunidade. Houve outros desenvolvimentos e críticas ao conceito que agora não interessa discutir. O que nos interessa é ressaltar como funcionava a economia do afeto entre as mulheres retornadas no Uíge.

As mulheres faziam negócios de pequena escala em pequenos mercados urbanos. Vende-se desde gêneros alimentares (arroz, feijão, batata, farinha de mandioca) a utensílios domésticos (toalhas, roupa de cama, sertãs, etc.). Estas vendas, a preços baixos, não permitiam muita acumulação já que os lucros eram baixo e desse dinheiro tirava-se uma parte para o sustento quotidiano: comida, vestuário, medicamento, transporte, renda de casa, comunicações e material

escolar dos filhos e netos. A informalidade do negócio não permitia recorrer a um crédito para reforçar o dinheiro do investimento. Criaram uma espécie de “banco de empréstimo”, conhecido em várias línguas angolanas como “kixiquila” que podia ser traduzido como empréstimo. Em que consiste? Uma das mulheres, geralmente a mais velha do grupo, é eleita para ser como a “banca de depósito” designada por “Mamã kixiquila” pelas outras mulheres, cerca de dez. As 10 mulheres entregam, “depositam”, à “mama kixiquila” uma quantia certa de dinheiro, por exemplo 25 dólares que soma o total de 250 dólares. Os 250 dólares são entregues a uma das mulheres do grupo para que o use como crédito. Esse processo é semanal e rotativo. A mama kixiquila recebe todas as semanas 250 dólares da contribuição de 25 dólares de cada uma das mulheres do grupo que entrega, por sua vez, rotativamente, a uma das mulheres; em cada 10 semanas uma mulher tem à disposição 250 dólares que devolve semanalmente ao contribuir com os seus 25 dólares. O processo não permite acumulação, nem prejuízo já que não ha juros. Permite dispor de uma quantia de dinheiro, capital, que pode ser investido num pequeno negócio e desse modo dar algum rendimento para as necessidades quotidianas. É um sistema arriscado, vulnerável, e algo rudimentar, mas com eficácia suficiente para remediar o quotidiano.

As Missionárias Scalabrinianas, com experiência de trabalho com retornados, notaram o esforço das mulheres, a eficácias do esquema da entre-ajuda mas também a sua vulnerabilidade e riscos implicados no esquema e, por isso, decidiram intervir: a intervenção consistia em reforçar o capital que as mulheres possuíam através de um sistema informal de crédito. O objeto do reforço do capital era criar uma margem entre o dinheiro que era investido no negócio quotidiano, o depósito semanal que era feito na mamã kixiquila e o rendimento quotidiano. Trata-se apenas de dezenas de dólares mas que no contexto em que se está faz uma grande diferença! Assim através de um programa de ajuda financiadas por uma fundação americana Conrad Hilton Sister Found, que tem a particularidade de financiarem apenas projetos para mulheres, as Irmãs Rita, Marivanne e Eithd desenharam um projeto. Consistia em dar um microcrédito, nome técnico do programa, a estas mulheres que elas investiriam nos seus negócios e devolveriam apenas 80% do total recebido e com uma grande margem de tempo. As mulheres receberam formação sobre economia doméstica, elementos básicos sobre finanças e, curiosamente, economia do tempo. As idades das mulheres que participaram no projeto variavam entre os 20 e 70 anos. E participaram cerca de 80 mulheres.

O programa parecia correr às maravilhas. As primeiras avaliações notaram uma taxa de devolução altíssima do microcrédito sinal de que, em teoria, os negócios corriam bem! Um vendaval, no entanto, veio ameaçar as atividades das mulheres: a crise do petróleo! Angola, segundo maior produtor de petróleo em África, cuja economia depende 90% da indústria extrativa, entrava numa crise económica devido à queda do preço do petróleo nos mercados internacionais. A inflação tinha

disparado, cerca de 10% em julho, com perda considerável do valor da moeda nacional em relação ao dólar e a quebra no consumo interno. Isso afetava o negócio das mulheres: primeiro é que os preços dos serviços e produtos para revenda subiram e o nível de poder de compra dos compradores tinha baixado. Precisavam mais dinheiro para manter o negócio e mais dinheiro para o sustento cotidiano.

As missionárias scalabrianas que tinham preparado um segundo empréstimo tendo em conta já a situação da crise económica, decidiram convocar uma reunião com as mulheres selecionadas para o novo crédito. A reunião realizou-se no dia 24 de julho, nas instalações das Caritas Diocesana na diocese do Uíge, de que a Irmã Marivane Chiesa é diretora diocesana. Eu assisti a essa reunião. O novo empréstimo seria concedido a partir do dinheiro que tinha sido devolvido pelas mulheres no primeiro empréstimo.

O ponto central da agenda da reunião com as mulheres era a nova modalidade do empréstimo e a data do início do empréstimo.

As missionárias Scalabrinianas tinha estabelecido que o novo programa de microcrédito iniciaria em setembro de 2015 precedido de um programa de formação, mais curto em relação ao primeiro. As mulheres, vendedoras na sua maioria, achavam que setembro era muito tarde para se começar o programa e que ficariam, até lá, completamente descapitalizadas em decorrência da crise económica e financeira. Quanto à formação sugeriam que se devia encurtar a sua direção por dois motivos: já tinham tido formação quando receberam o primeiro crédito e portanto não havia necessidade de um segundo e no caso de que fosse necessário, devia durar no máximo uma semana. Depois de algum debate e sem excluir alguma tensão, chegou-se a um consenso: o programa iniciaria já em agosto precedido de uma semana de formação. As condições do empréstimo seriam basicamente as mesmas: um crédito em dólares correspondente em moeda nacional e a devolução de 80% desse valor em data a combinar. O problema que tinha ficado pendente era se a quantia do crédito seria maior tendo em conta a taxa da inflação. Para as missionárias scalabrinianas o problema era puramente técnico. Se se aumentasse o valor do crédito, de duzentos e cinquenta dólares americanos para quatrocentos, poucas pessoas podiam beneficiar-se do crédito tendo em conta o dinheiro disponível. Se o objetivo fosse beneficiar a mais gente então teria que se baixar os valores do crédito. No momento em que terminei a pesquisa, ainda não tinha havido uma decisão sobre este assunto.

O importante para essa nota de trabalho de campo era esse aspeto negocial das mulheres retornadas e sobretudo a recetividade e sensibilidade das Missionárias Scalabrinianas; outro aspeto importante foi a extrema vulnerabilidade em que estas mulheres retornadas se encontram. Algumas eram pessoas formadas, com cursos superior ou de formação profissional e com carreiras profissionais: professoras, enfermeiras, trabalhadores sociais, decoradoras, costureiras, etc. Por

serem retornadas são muitas vezes excluídas do mercado de trabalho e isso faz com que se dedicam ao comércio como forma de conseguir rendimentos. O recurso ao microcrédito é um meio para contornar a vulnerabilidade da situação em que se encontram, mas também uma maneira ativa e criativa de lidarem com imprevistos no seu quotidiano. Embora o sistema de crédito seja um instrumento fundamental no funcionamento do sistema capitalista, no caso do microcrédito entre as mulheres retornadas parecia um instrumento para manter famílias e comunidades unidas. Uma economia de afeto porque é a confiança, mais do que a possibilidade do lucro, que tornava o sistema eficaz.

No fim da reunião do dia 24 de julho, as mulheres, que no início da reunião estavam tensas e um pouco assustadas, saíram da reunião com um semblante alegre e confiante. Maria-Antonieta disse no final que a reunião tinha corrido bem e todas estavam contentes com o resultado e que as Missionárias, por serem mulheres, tinham entendido perfeitamente a situação delas: era uma questão de crédito e confiança, mas também de gênero!

ISSN impresso: 1980-8585

ISSN eletrônico: 2237-9843

<http://dx.doi.org/10.1590/1980-85852503880004516>